

Os investimentos caem R\$ 8,7 bi

Mônica Izquierre
de Brasília

O programa de ajuste fiscal apresentado ontem prevê um corte de R\$ 8,7 bilhões em despesas de custeio e investimentos programadas no projeto original de orçamento da União para 1999, enviado em agosto ao Congresso. Os cortes ainda estão sendo detalhados, mas a equipe econômica disse ontem que tem ordens do presidente Fernando Henrique para preservar o que for possível nas áreas de educação e saúde.

A revisão orçamentária deve chegar ao Congresso até dia 3. Para assegurar alguma flexibilidade na montagem dos próximos orçamentos, o governo vai apresentar um projeto de emenda constitucional, ampliando e prorrogando o Fundo de Estabilização Fiscal (FEF) até 2006. Serão propostos cortes no Plano de Dispêndios Globais das empresas estatais federais, anunciou Martus Tavares, secretário executivo do Planejamento. Segundo ele, nesse caso, os cortes serão efetuados de 1999 a 2001 e serão da ordem de R\$ 2,7 bilhões relativamente à execução estimada para 1998 e ao previsto inicialmente para 1999.

Baseado nos cortes de despesa e aumentos de receita propostos no programa de ajuste, o governo federal elevou sua meta de desempenho fiscal para 1999. Até então, havia a obrigatoriedade de gerar um superávit primário (receitas maiores que despesas, excluídas aquelas com juros) de R\$ 8,7 bilhões. Agora, a meta é chegar a R\$ 16,4 bilhões ou R\$

1,8% do PIB. Em 2000, o superávit terá que subir para R\$ 19,1 bilhões ou 2% do PIB e, em 2001, para R\$ 23,3 bilhões ou 2,3% do PIB.

O programa estabelece metas indicativas também para o conjunto das empresas estatais (federais, estaduais e municipais). Espera-se que elas gerem, em 1999, um superávit primário equivalente a 0,4% do PIB. Nos dois anos seguintes, como haverá menos empresas estatais por causa da privatização, esse segmento do setor público deverá gerar respectivamente 0,3% e 0,2% do PIB apena de superávit primário.

Do efeito total das medidas, R\$ 13,3 bilhões virão de aumento de receita e R\$ 3,5 bilhões de medidas estruturais

Já a meta relativa ao desempenho de Estados e Municípios prevê superávit de 0,4%, 0,5% e de novo de 0,5% do PIB para os anos de 1999, 2000 e 2001. No consolidado, a meta é a acertada com o Fundo Monetário Internacional (FMI): superávits anuais de 2,6%, 2,8% e 3% do PIB no mesmo triênio.

O governo acha que assim conseguirá estabilizar a relação entre a dívida pública líquida e o PIB, principal indicador da solvência do setor público, segundo a equipe. Em julho último, a dívida chegou a 38,6% do PIB. Até o final do ano estarão em 41,9%, segundo as projeções apresentadas ontem. Em 1999, continua-

rá crescendo, chegando a 44,9% do PIB. A partir de 2000, porém, entrará numa estabilidade relativa, restando ligeiramente para 44,8% e, no ano seguinte, para 44,4% do PIB, pelos cálculos do governo.

A dívida líquida reflete o déficit no seu conceito mais amplo (o nominal) que inclui gastos com juros e deverá chegar a 8% do PIB em 1998. Por isso, o governo quer induzir uma queda nas taxas. Essa indução, porém, passa pela melhoria dos resultados primários das contas públicas, objetivo a ser atingido pelo programa de ajuste.

Se o governo não fizesse nada, haveria um déficit primário, em 1999, de 1,28% do PIB no âmbito do governo central, disse ontem Pedro Parente, secretário-executivo da Fazenda. Portanto, para se chegar a um superávit de 1,8%, o esforço fiscal será na verdade de 3,08% do PIB ou R\$ 28 bilhões no próximo ano.

Para os dois anos seguintes, estavam projetados antes, déficits primários de 1,45% e 1,58%. Com as medidas, para se chegar aos resultados já citados mais acima (2% e 2,3% do PIB de superávit), haverá em 2000 e 2001 um esforço fiscal de 3,45% e 3,88% do PIB, respectivamente. Isso significa que o efeito projetado das medidas é de R\$ 33,8 bilhões para o ano 2000 e de R\$ 38 bilhões para o ano seguinte.

Em 1999, do efeito total previsto das medidas (R\$ 28 bilhões), R\$ 13,3 bilhões virão de aumento de receita, R\$ 2,6 bilhões da redução do déficit da previdência pública e R\$ 3,5 bilhões de medidas estruturais.